

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR

19/11/2014

Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e catorze, às dez horas, na sala de reuniões da Reitoria do **Instituto Federal do Rio de Janeiro**, teve início a primeira reunião ordinária do Conselho Superior do IFRJ, sob a Presidência do Magnífico Reitor, Paulo Roberto de Assis Passos. O Presidente contou com a presença dos (as) senhores (as) Conselheiros (as):

5 Luiz Edmundo Vargas de Aguiar (Representante Ex-Reitor), José Firmino Nogueira Neto (Representante Titular FAPERJ), Alex Ferreira dos Santos (Representante suplente CTB), Glaucia Santos da Silva (Representante Suplente Egressos), João Gilberto da Silva Carvalho (Representante Suplente Diretores-Gerais), Cristiane Henriques de Oliveira (Representante Titular Diretores-Gerais), Wallace Vallory Nunes (Representante Titular Diretores-Gerais),

10 Florinda do Nascimento Cersósimo (Representante Suplente Diretores-Gerais), Marcus Vinícius da Silva Pereira (Representante Titular Docente), Marco Aurélio Passos Louzada (Representante Titular Docente), Marco Aurélio do Espírito Santo (Representante Titular Docente), Fabiano Godinho Faria (Representante Titular Docente), Jefferson Robson Amorim da Silva (Representante Titular Técnico-administrativo), Joana Darc Machado Pereira

15 (Representante Titular Técnico-administrativo), Otávio Pereira Carneiro (Representante Titular Técnico-administrativo), Jane Francisco da Silva Valpassos (Representante Titular Técnico-administrativo), Maria de Fátima dos Santos Vieira (Representante Suplente Técnico-administrativo), Gabriel dos Reis da Mota (Representante Titular Discente), Douglas de Souza Liborio (Representante Suplente Discente), Alex de Oliveira Gomes (Representante Titular Discente), Wallace Luiz de Assis Barbosa (Representante Suplente Discente), Maria Emyllia Poleshuch Castelo Branco (Representante Suplente Discente), estiveram ausentes os conselheiros, Fernando César Pimentel Gusmão (Representante Ex-Reitor – sem Justificativa), Marcelo Machado Feres (Representante Titular MEC – sem justificativa), Paulo Roberto Wollinger (Representante Suplente MEC – sem justificativa), Marilda Pimenta Melo

25 (Representante Titular FIRJAN – com justificativa), Sérgio José Teixeira (Representante Titular SEDEIS – sem justificativa), Helio de Oliveira Maia (Representante Titular CUT – sem justificativa), Victor Gabriel Dias Guagliardi (Representante Suplente Egressos - sem justificativa), e como convidados presentes: Amanda Carlou, Hudson Santos da Silva, Marcos José Clivatti Freitas e Marcelo Japiassú Ramos.

30 No expediente inicial, o presidente agradeceu a presença dos conselheiros. Informou, com base no Regimento, a metodologia de trabalho do Conselho, no qual a reunião se inicia com a aprovação da Ata, expediente, informes, ordem do dia e assuntos gerais. Em seguida, passou-se para a aprovação da ata da última reunião. Após as contribuições dos conselheiros Marco Aurélio Louzada, Marcus Vinícius e Jefferson Amorim, ela foi aprovada pelos conselheiros. O

35 Conselheiro Marcus Vinícius perguntou a respeito da Resolução 50, cujo texto ficou de ser discutido na reunião. O presidente respondeu que a presença de pessoas externas deverá ser regulamentada, como consta no artigo 16, onde se lê que “*as reuniões do Conselho serão abertas à participação da comunidade do IFRJ, por intermédio de suas representações, porém sem direito a voto*”. Disse também que não houve mudança do texto do regulamento na

40 elaboração da Resolução. O Conselheiro Luiz Edmundo perguntou quem aprovaria a participação de convidados na reunião, afirmando que esse critério não estaria escrito de forma clara na resolução. O presidente disse que acrescentará essa informação no referido texto. No momento destinado aos informes, o presidente falou sobre a Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (REDITEC). Disse que foi um

45 encontro muito produtivo, com muitas palestras e informações importantes. Falou também sobre a pressão dos órgãos controladores externos - CGU e TCU - com relação ao controle de ponto em vários institutos federais. Outro ponto informado foi a operação nota zero. O presidente disse que recebeu, no mês de outubro, o relatório da CGU, o qual foi encaminhado ao Ministro da educação para que sejam tomadas as devidas providências. A Conselheira

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR 19/11/2014

50 Maria de Fátima perguntou se existe algum encaminhamento sobre a regulamentação das 30 horas. O presidente disse que o tema foi debatido no CONIF e que seria um ponto de preocupação de todos os reitores. Informou também que aqueles reitores que adotaram as 30 horas tiveram suas contas reprovadas. Destacou que trataria dessa questão com a comunidade do IFRJ em futuros debates. O Conselheiro Jefferson perguntou se haveria controle de ponto

55 para os professores, pelo fato de englobar todos os servidores (técnicos-administrativos e docentes). O presidente disse que não caberia abrir um ponto de pauta para a discussão do referido tema naquele momento. O Conselheiro Marcos Louzada perguntou se em outros *campi* haveria a orientação do ponto eletrônico. O presidente disse que a auditoria interna submeteu o *campus* Arraial do Cabo e obteve uma conclusão em seu relatório. O Conselheiro

60 João Gilberto ressaltou que a função dos fiscais de controle não deveria ser meramente punitiva, e sim pedagógica. O presidente informou que foi disponibilizada a todos os servidores a oportunidade de participação no curso de PAD, oferecido pela CGU. O Conselheiro Otávio ressaltou que as comissões CIS e CPPD deveriam participar deste curso. Em seguida, o presidente solicitou que os novos conselheiros Alex Santos, Jane Valpassos,

65 Florinda Cersósimo e José Firmino se apresentassem, pois não estavam presentes nas últimas reuniões do ConSup. O Conselheiro Fabiano solicitou a inclusão da solicitação do servidor Denaldo Alchorne na próxima reunião do Conselho, que tratará dos editais de remoção. Solicitou também que fosse incluído o pagamento dos retroativos do RSC e da progressão docente. O presidente esclareceu que existe uma pauta represada e que, em assuntos gerais, os

70 conselheiros poderão propor matérias para as próximas reuniões. O Conselheiro Marcus Vinícius perguntou a respeito do fluxo que será adotado para o RSC. O presidente disse que nomeou como administrador o professor Paulo Chagas e como interlocutor o professor Raphael Alcaires. Disse também que foram cadastrados os avaliadores do IFRJ. Em seguida, seguiu-se para a ordem do dia. O primeiro ponto de pauta foi o Regulamento de Estágio do

75 Curso em Bacharelado em Química. O presidente concedeu a palavra ao Pró-Reitor de Graduação, Hudson Santos. Explicou que há necessidade de se obter um regulamento de estágio específico, devido às particularidades que a nova lei de estágio propõe. O referido documento foi elaborado pelo colegiado do curso, passou pelo colegiado do *campus* e pelo conselho acadêmico de graduação. O Conselheiro Jefferson solicitou que fosse incluída no

80 Regulamento a Orientação Normativa nº 4 (MPOG), a qual estabelece orientações sobre aceitação de estagiário no âmbito da administração pública federal. A Conselheira Joana elogiou o documento e ressaltou que está de acordo com a Lei 11.788. O presidente fez duas ressalvas: a sigla RFE, que foi citada no regulamento, significando Relatório Final de Estágio; e pedido de modificação dos termos “*coordenação de integração empresa e escola*” para

85 “*coordenação de integração escola e empresa*”. O Conselheiro Jefferson perguntou qual seria o procedimento para garantir a segurança do aluno durante o período de estágio. O professor Hudson respondeu que todos os alunos possuem seguro na atividade de estágio. Disse também que existe um contrato vinculado à coordenação de integração escola empresa. O Conselheiro

90 Alex Gomes disse que leu a Ata do CAEG e informou que os conselheiros solicitaram que constasse no regulamento a palavra “estagiário”, em vez de “estudante”. O conselheiro solicitou que fosse verificada essa questão no artigo 15 e pediu ainda a verificação das siglas e suas definições no texto: Projeto Pedagógico do Curso no parágrafo único do artigo 6º aparece sem a sigla PPC, que no seguimento do documento será usada com frequência e a sigla NDE aparece no artigo 20º sem o seu significado que é Núcleo Docente Estruturante, visto que as

95 abreviações contidas na capa do documento não se equivalem para os elementos textuais. Em regime de votação, o regulamento de estágio do curso de bacharelado em química foi aprovado por unanimidade, com ressalva do conselheiro Jefferson em relação ao arcabouço legal. O Conselheiro Alex Ferreira dos Santos precisou se ausentar da reunião. Em seguida, o segundo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR

19/11/2014

100 ponto de pauta foi o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA). O presidente concedeu a palavra ao professor Marcos Clivatti. Informou que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior obriga as instituições que oferecem cursos de graduação e pós-graduação a terem comissões próprias de avaliação. Disse que seria necessário ter uma CPA em cada *campus* e que teria como função principal fazer avaliação anual e trienal. O

105 Conselheiro Jefferson perguntou se a CPA estaria vinculada ou subordinada ao Gabinete da Reitoria. O professor Marcos Freitag respondeu que a autonomia da CPA estaria relacionada ao processo de avaliação e que, estando ligada ao reitor, poderia ter suas ações inibidas. O Conselheiro Jefferson fez as seguintes observações: no artigo 2, solicitou a retirada da palavra “*foco*” para “*objetivo de processo de avaliação*”; no inciso 5, do artigo 3, ele entendeu que o termo “*política*” refere-se à forma e à maneira de agir. O professor Marcos Clivatti e o

110 presidente disseram que o texto foi uma transcrição da lei. No artigo 21, sugeriu a retirada do termo “*poderá*” para “*deverá*”. O Conselheiro Fabiano disse que, no artigo 20, onde se lê, “*a CPA deverá ter acesso a todas as informações institucionais*”, suporia que a comissão deveria obter as informações. Outro ponto colocado pelo conselheiro Jefferson Amorim foi a não participação do servidor na comissão sem que tenha concluído o estágio probatório. O

115 Conselheiro Fabiano disse que, de acordo com a Lei 8.112, não há diferenciação entre os servidores em estágio probatório e estáveis, no que se refere à participação em comissões. Reafirmou que qualquer servidor, estável ou não, tem o direito de participar da comissão, inclusive, do conselho superior. A conselheira Florinda disse que o servidor em estágio probatório encontra-se vulnerável. A Conselheira Joana disse que não deve ser coibida a

120 participação de servidor em comissão, mesmo estando em estágio probatório. O presidente falou que a estabilidade funcional do servidor não deve ser confundida com a possibilidade de sua participação nas atividades do IFRJ. Em regime de votação, o presidente perguntou aos conselheiros a respeito da participação de servidor em estágio probatório na CPA. O resultado foi de 14 votos a favor, 1 abstenção (conselheiro Alex Gomes) e 1 contra (Conselheiro

125 Jefferson Amorim). Várias outras contribuições feitas pelo conselheiro Jefferson foram encaminhadas ao professor Marcos Freitag. Em seguida, o presidente perguntou aos conselheiros se o Regulamento da CPA seria aprovado. Foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros. Com o horário da reunião ultrapassado, o presidente perguntou se o Regulamento do NAPNE seria discutido ou ficaria para a próxima reunião do CONSUP. O Conselheiro Fabiano

130 perguntou ao professor Marcelo Japiassú o prazo para a apresentação do documento. O professor respondeu que o tempo necessário seria de 10 minutos. A pedagoga Amanda Carlou disse que não seria válido fazer uma discussão esvaziada, com o intuito da aprovação. Foi decidido pelos conselheiros, por conta do horário, que o Regulamento do NAPNE seria discutido na próxima reunião ordinária do dia 17 de dezembro. Em assuntos gerais, o

135 conselheiro Jefferson solicitou informações quanto ao pagamento de bolsa para os alunos monitores. O presidente disse tratar-se de uma questão localizada no *campus* Rio de Janeiro e que será averiguada futuramente. O Conselheiro também perguntou a respeito do RioCard, pois, no período de férias, os alunos encontram dificuldades para utilização desse serviço. O presidente respondeu que todas as ações que envolvem passagem e alimentação estão sendo

140 estudadas pela Diretoria da Rede de Assistência Estudantil. O Conselheiro João Gilberto propôs uma política de perguntas e respostas, explicando a insatisfação dos servidores quanto ao não esclarecimento de questões. O Conselheiro Jefferson falou também sobre a insatisfação dos servidores técnicos-administrativos quanto a não valorização dessa classe, em detrimento da classe docente. Ressaltou a importância dos técnicos-administrativos e disse ainda que

145 existe uma proposta de realização de reuniões locais no IFRJ que conscientizem os gestores para a real necessidade de atendimento à classe administrativa. O presidente agradeceu a iniciativa do conselheiro e disse que procurará atender as necessidades dos servidores técnicos-

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR 19/11/2014

administrativos. A Conselheira Jane ratificou as palavras do conselheiro e ressaltou a insatisfação dos servidores técnicos-administrativos. Disse ainda que não existe uma política igualitária de capacitação dos servidores. Solicitou ao presidente uma atenção especial para a concessão da progressão *per saltum*. O Conselheiro Wallace destacou também a importância da valorização da referida classe. O presidente informou que será criado o regulamento de capacitação para os servidores técnicos administrativos. O Conselheiro Fabiano solicitou que, na próxima reunião, fosse criado um GT para os seguintes assuntos: regulamentação das 30 horas, progressão *per saltum* e dedicação exclusiva para os docentes que ingressaram a partir de 2013. Solicitou também que os temas regime previdenciário e retroativos do RSC fizessem parte da pauta. O presidente disse que os temas serão debatidos respeitando a existência de temas represados na pauta e que o CONSUP não tem a competência de deliberação sobre o regime previdenciário. Informou aos conselheiros que os pedidos de pauta precisam de documentação. O presidente disse que no dia anterior houve uma reunião com a Diretora de Gestão de Pessoas e o Pró-Reitor de Administração, para analisar os editais de remoção. Informou que, ao comparar com o regulamento de remoção (aprovado pela resolução N° 10, de 26 de fevereiro de 2014), foram detectadas incoerências no documento. A diretora da DGP, Flávia Antunes, disse que o edital precisa ser revisto. O professor Marcelo Japiassú relatou que o edital foi entregue com antecedência para ser analisado pela Proju, Proad e DGP e sentiu-se prejudicado com a análise tardia, dessas instâncias. Falou a respeito da urgência desses editais para a elaboração do concurso. O presidente informou que a CPPD elaborou o edital em 60 dias e que o mesmo não está de acordo com o regulamento de remoção. O Conselheiro Otávio reiterou as palavras do professor Marcelo. O Conselheiro Jefferson perguntou como o edital de remoção poderia atrapalhar o concurso público. O presidente disse que a prioridade seria a remoção para saber a necessidade de servidores em cada *campus*. O professor Marcelo sugeriu marcar uma reunião com a CPPD e DGP, para análise e revisão do documento. O presidente propôs marcar uma reunião extraordinária do ConSup, no prazo de 5 dias, após análise do documento e com encaminhamento aos conselheiros. A reunião que estava marcada para o dia 27 de novembro foi cancelada. O Conselheiro Fabiano pediu para que fosse marcada a data. O professor Marcelo solicitou marcar a próxima reunião para o dia 03 de dezembro. O conselheiro Marcus Vinícius solicitou marcar a próxima reunião extraordinária após a análise do documento e encaminhamento aos conselheiros. No momento final, foi comunicada a pauta para a próxima reunião: Regulamento do NAPNE, pontos represados de pautas anteriores e inclusão dos temas GT 30 horas e D.E. para docentes. O Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião às 15 horas e 10 minutos, e, nada mais havendo a ser tratado, eu, Viviane Jordão, Secretária do Conselho Superior, encerro a presente Ata, que seguirá assinada por mim e pelo Presidente.

185